

**ATA DA XIX REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**

**Abertura** Às nove horas e trinta e seis minutos do dia vinte e quatro de agosto de 2006, no Auditório Avelino Costalonga - CODEVASF – Brasília/DF, instalou-se a XIX Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA), Secretário Executivo do CNRH, iniciou as atividades agradecendo a presença e desejando bom dia de trabalho a todos e todas, destacando a importância desta reunião por tratar da renovação da composição das câmaras técnicas do CNRH. Passou a palavra à Ministra de Estado do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva, que saudou e cumprimentou os presentes, agradeceu a Deus por estar presente a esta reunião, ressaltou a proposta de criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu, o qual, se aprovado, seria o oitavo comitê em bacia de rio de domínio da União e o primeiro a ser criado unicamente fora da região Sudeste, tendo sua base territorial inserida no semi-árido brasileiro, nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte e que poderia contribuir com uma maior capilarização do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH e com o fortalecimento do pacto federativo na gestão dos recursos hídricos do País e da região. Destacou também o amplo processo de mobilização social apoiado pelos dois estados e pela Agência Nacional de Águas – ANA que viria ocorrendo na região desta bacia. Continuou sua fala registrando a importância da indicação dos representantes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos no CNRH, ato que demonstraria a responsabilidade e o compromisso com a formulação e implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Registrou também que, atendendo à metodologia de construção e implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, fora realizada, no período de 23 de maio a 30 de junho deste ano, por ação da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, uma segunda rodada de Encontros Públicos para a devolução do PNRH aos estados da Federação, quando teriam sido encaminhados à sociedade os resultados das sugestões apresentadas na elaboração do PNRH e mostrados os diagnósticos, cenários, diretrizes, programas e metas do Plano, elucidando o seu processo de implementação, buscando a participação da sociedade em sua implementação. Ainda no âmbito do processo de divulgação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, destacou que o Ministério do Meio Ambiente estaria preparando a realização das Feiras Ambientais, eventos organizados em parceria com o Conselho Federal de Direitos Difusos do Ministério da Justiça – quando enalteceu a importância e a competência do Ministério da Justiça no trato com as questões difusas - e com as Comissões Executivas Regionais (CERs), cujo principal objetivo seria informar e sensibilizar a sociedade para a gestão dos recursos hídricos e para a implementação do PNRH, incluindo a perspectiva dos direitos difusos. Indicou que essas Feiras Ambientais serão realizadas nas 12 Regiões Hidrográficas do País entre 3 de novembro e 3 de dezembro de 2006, ficando a critério de cada CER a definição de sua sistemática, o local e a data. A Ministra informou que o acesso às Feiras Ambientais seria aberto a toda população e sua divulgação realizada pelas redes de organizações que atuam sobre os temas propostos e demais parceiros, especialmente os comitês de bacia hidrográfica, com o devido apoio do MMA. Indicou que, durante as Feiras, também deveria ocorrer o lançamento dos Cadernos Regionais, os quais abordarão, entre outros, a avaliação dos principais fatores que definem a atual conjuntura econômica, político-social, tecnológica e ambiental em cada região hidrográfica brasileira. Falou da imensa satisfação com que viria recebendo por parte de todos os governos, setores usuários, sociedade civil e da população em geral, manifestações positivas de engajamento e compromisso com esses processos participativos. Destacou também os avanços que a SRH/MMA e a Agência Nacional de Águas - ANA estariam fazendo no detalhamento e no cumprimento das primeiras metas do PNRH e afirmou que, com a valiosa contribuição dos representantes do CNRH e com a ampliação da participação e do controle social, avanços ocorreriam no processo de construção e de implementação do PNRH, que já tem resultados em termos de fortalecimento do SINGREH, de aplicação das diretrizes do MMA, como instrumento transversal para a integração das políticas setoriais, e, sobretudo, de promoção do desenvolvimento sustentável e de inclusão social. Finalizou assim, desejando a todos uma ótima reunião. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) agradeceu as palavras da Ministra, convidou o Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA) para

55 compor a mesa e auxiliar na coordenação dos trabalhos e declarou aberta a sessão. Solicitou  
56 então ao Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA) que verificasse o *quorum* do plenário - que  
57 foi confirmado em número suficiente para o início dos trabalhos deliberativos - e procedesse à  
58 leitura dos informes e dos procedimentos regimentais para esta Reunião do CNRH. O Sr. João  
59 Bosco Senra (SRH/MMA) agradeceu e prosseguiu com a reunião, dando posse aos novos  
60 membros do CNRH presentes à reunião: Conselheiro Titular: Sérgio Silva, Conselho Estadual de  
61 Recursos Hídricos – CERH de Santa Catarina; Conselheiro Titular: Lindsley da Silva Rasca  
62 Rodrigues, CERH do Paraná; Conselheiro Titular: Jessé Cláudio de Lima Costa, CERH de  
63 Sergipe; Conselheira Titular: Silvana Meireles, Ministério da Cultura; Conselheiro Titular: Pedro  
64 Celso Antonieto, CERH do Distrito Federal; Conselheiro Suplente: Jurandir Antônio Xavier,  
65 CERH da Paraíba; Conselheiro Suplente: Josemá de Azevedo, CERH do Rio Grande do Norte;  
66 Conselheiro Suplente: Luiz Henrique Magalhães Noquelli, CERH do Mato Grosso; Conselheira  
67 Titular: Fátima Maria Miranda Brayner, CERH de Pernambuco; Conselheiro Titular: Ronaldo  
68 Jorge da Silva Lima, CERH do Pará; Conselheiro Suplente: Shelley de Souza Carneiro, CERH  
69 de Minas Gerais; Conselheiro Suplente: Cláudio Dilda, CERH do Rio Grande do Sul;  
70 Conselheiro Titular: Ronaldo Pereira Lopes, CERH de Alagoas; Conselheiro Titular: Manfredo  
71 Pires Cardoso, CERH da Bahia; Conselheiro Suplente: Rui Brasil Assis, CERH de São Paulo;  
72 Conselheiro Suplente: Lívio William Reis de Carvalho, CERH de Tocantins; Conselheira  
73 Suplente: Ana Lia de Castro, Prestadores de serviço público de abastecimento de água e de  
74 esgotamento sanitário; Conselheiro Suplente: Rogério de Abreu Menescal, Ministério da  
75 Integração Nacional; Conselheira Suplente: Keilah Diniz, Ministério da Cultura; Conselheiro  
76 Titular: Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo, Ministério da Fazenda; Conselheiro Suplente: José  
77 Silvério da Silva, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Conselheiro Suplente:  
78 Rogério Pereira Dias, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Conselheiro  
79 Titular: Ícaro Moreno Júnior, CERH do Rio de Janeiro. Terminada a leitura, o Sr. João Bosco  
80 Senra (SRH/MMA) declarou empossados os novos conselheiros, saudando-os e informando dos  
81 desafios do CNRH. Justificou a ausência do Conselheiro Mauro Viegas (Indústrias), que  
82 informara que não viria a esta reunião. A seguir, indagou se existia alguma matéria de urgência  
83 ou alguma matéria a ser retirada de pauta. Não havendo nenhuma manifestação, retornou a  
84 palavra ao Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA) para leitura da Ordem do Dia: Item 1 -  
85 Aprovação da Ata da XV Reunião Ordinária do CNRH; Item 2 – Deliberação sobre proposta de  
86 instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu; Item 3 – Deliberação sobre  
87 propostas de Resolução que: 3.1 – Estabelece nova composição para as seguintes Câmaras  
88 Técnicas: Assuntos Legais e Institucionais – CTIL; Plano Nacional de Recursos Hídricos –  
89 CTPNRH; Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos –  
90 CTEM; e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB; 3.2 – Estabelece a  
91 complementação da composição atual das Câmaras Técnicas de Ciência e Tecnologia – CTCT e  
92 Análise de Projeto - CTAP. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) submeteu então ao Plenário a  
93 Ordem do Dia desta reunião, a qual foi aprovada. Dando continuidade aos trabalhos, passou  
94 então ao **Item 1: Aprovação da Ata da XV Reunião Ordinária do CNRH**. A Conselheira Ninon  
95 Machado (ONG), saudou os presentes, elogiou a qualidade de elaboração da ata e sugeriu  
96 modificação da palavra “pediu” por “solicitou”, na linha 262, e a exclusão do pronome “ela”; na  
97 linha 263, a exclusão de “contando com a presença de todos os seus membros”; a substituição  
98 das linhas 266 a 271 pelo seguinte texto: “... ao funcionamento do CNRH. Enfatizou a imperiosa  
99 necessidade de ser a Presidência da República informada de que a partir da decisão deste  
100 Conselho de Estado cabe ao Presidente da República atender e expedir o ato que é de sua  
101 exclusiva competência (Decreto), e que a Presidência da República deveria ser alertada e por  
102 outro lado identificados(a) o(a)s agentes públicos, (nome, CPF, carteira de identidade) que  
103 estariam obstando o aperfeiçoamento do processo, como solicitado pela Moção CNRH nº 36, de  
104 2006. Por outro lado, o CNRH aguardaria, do Sr. Presidente da República, a justificativa pela  
105 qual não publicou o Decreto de sua ampliação”. O Conselheiro Sanderson Leitão (Ministério de  
106 Ciência e Tecnologia) ratificou os cumprimentos à equipe da Secretaria Executiva do CNRH e  
107 sugeriu corrigir a palavra “Transpores” para “Transportes”, na linha 446. O Conselheiro Dalto  
108 Fávero Brochi (Consórcios) sugeriu substituir a palavra “exercer”, na linha 43, por “exceder” e  
109 substituir a palavra “segmentou” na linha 217, por “segmento”. O Conselheiro João Clímaco

110 (ONG) sugeriu complementar o texto da linha 329 com “sob a condição de que as informações  
111 solicitadas fossem disponibilizadas, posteriormente, para os conselheiros do CNRH”. Não  
112 havendo mais manifestações, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) colocou a aprovação da ata  
113 em votação, sendo a mesma aprovada com as complementações sugeridas. **Item 2 – Deliberação**  
114 **sobre proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu.** O Sr.  
115 João Bosco Senra (SRH/MMA) convidou o Conselheiro Josemá de Azevedo (CERH-RN) para  
116 encaminhar a matéria. O Conselheiro cumprimentou a todos e disse que faria a apresentação em  
117 nome dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Iniciou falando que teria sido destacado  
118 no âmbito da CTIL o empenho, a organização e a dedicação da equipe que montara a proposta de  
119 instituição do comitê e passou assim à apresentação (**Anexo 1**). Começou localizando e  
120 caracterizando geograficamente a bacia hidrográfica do rio Piranhas-Açu, nos estados da Paraíba  
121 e do Rio Grande do Norte, ressaltando sua total inclusão em região de clima semi-árido.  
122 Descreveu a infra-estrutura hídrica já implantada na região, bem como a gestão ora realizada,  
123 onde atuariam, além das secretarias estaduais responsáveis pela gestão de recursos hídricos, a  
124 ANA e o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS, com destaque para o  
125 processo de cadastramento de usuários. Falou de todo o processo histórico de criação do comitê,  
126 apresentando seus antecedentes, destacando a instituição do Comitê de Integração da Bacia  
127 Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu em 1996, pelo então Ministério do Meio Ambiente, dos  
128 Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, por meio de Portaria Ministerial. Disse que, face à  
129 promulgação da Lei nº 9.433, de 1997, e da Resolução CNRH nº 5, de 2000, os estados da  
130 Paraíba e do Rio Grande do Norte teriam iniciado novas ações conjuntas com vistas à adequação  
131 do Comitê, com a criação de uma Comissão Pró-Comitê e dois Grupos de Trabalho  
132 Interinstitucionais Pró-Comitê, os quais teriam realizado diversas atividades de mobilização  
133 social e elaborado vários materiais gráficos. Lembrou que a Sra. Ministra Marina Silva teria  
134 assinado, em dezembro de 2004, numa ação conjunta entre os dois estados, a ANA e o DNOCS,  
135 o Marco Regulatório para a gestão do Sistema Curema-Açu. Leu o trecho da Nota Informativa,  
136 apresentada pela ANA, onde constaria que a Agência teria tido a oportunidade de acompanhar a  
137 elaboração da proposta de instituição do comitê, destacando o cuidado que os estados teriam tido  
138 em percorrer toda a bacia, realizando reuniões de divulgação e esclarecimento sobre a Política  
139 Nacional de Recursos Hídricos, a criação do comitê e suas atribuições. O Sr. Josemá de Azevedo  
140 (CERH-RN) informou sobre a indicação da Diretoria Provisória deste Comitê: ele mesmo,  
141 Josemá de Azevedo, como Presidente Interino, e o Sr. Sérgio Santos Góis, como Secretário  
142 Executivo. Conclamou então os conselheiros a aprovarem a instituição do primeiro comitê de  
143 bacia hidrográfica de rio de domínio da União genuinamente nordestino, o qual atuaria, em sua  
144 opinião, como fórum de discussão e deliberação das questões de recursos hídricos da bacia.  
145 Agradeceu a oportunidade de realizar esta apresentação e se colocou à disposição para eventuais  
146 esclarecimentos. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) parabenizou o Sr. Josemá de Azevedo  
147 (CERH-RN) pela apresentação e falou da realização, no dia anterior desta Plenária, de reunião  
148 com os secretários dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte responsáveis pela gestão de  
149 recursos hídricos, ele próprio, na condição de representante da SRH/MMA, e representantes da  
150 ANA, com vistas a atender a solicitação feita na Nota Informativa da ANA (**Anexo 2**), indicando  
151 a necessidade de uma efetiva participação dos Estados na implantação do Comitê, engajando-se  
152 no processo e prestando apoio financeiro e técnico. A Sra. Ninon Machado (ONG) também  
153 parabenizou o trabalho realizado pelos dois estados. Falou que esse processo de criação do  
154 Comitê viria sendo acompanhado pela sociedade civil, lembrou que esse seria o primeiro comitê  
155 de bacia hidrográfica a ser instituído após a aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos e  
156 recomendou especial atenção à questão de gênero na bacia, sugerindo inclusive uma modificação  
157 de redação no parágrafo 1º, art. 2º, da minuta do Decreto de criação do Comitê: “O número de  
158 representantes, titulares e suplentes, de cada setor mencionado neste artigo, bem como os  
159 critérios para sua escolha e indicação, serão estabelecidos no regimento interno do Comitê.” para  
160 “O número de representantes, titulares e suplentes, de cada setor mencionado neste artigo, bem  
161 como os critérios para sua escolha e indicação, respeitada a perspectiva de gênero, serão  
162 estabelecidos no regimento interno do Comitê.”. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) lembrou  
163 que o CNRH aprovaria somente a proposta de instituição do comitê de bacia hidrográfica,  
164 estabelecendo critérios gerais para a elaboração de seus regimentos, ao passo que o Decreto de

165 instituição do Comitê se constituía em um ato presidencial. Nesse momento, abriu espaço para a  
166 posse de outros conselheiros presentes: Conselheiros Titular: Fábio Ahnert, CERH do Espírito  
167 Santo; e Suplente: Maria Zita Timbó, Comitês de Bacias Hidrográficas. Em continuidade da  
168 reunião, o Sr. João Lúcio Oliveira (Ministério da Integração Nacional) ressaltou a excelente  
169 qualidade da apresentação. Disse que o DNOCS atuaria fortemente na bacia, inclusive por meio  
170 de convênios com a ANA e com ações buscando a regularização de usos. Falou que teria tido a  
171 oportunidade de conhecer o resultado do processo de mobilização social realizado na bacia,  
172 informando, portanto, da existência, por parte da população local, de um anseio muito grande  
173 pela criação do comitê. Finalizou pedindo a aprovação da matéria. O Sr. João Clímaco (ONGs)  
174 cumprimentou o Sr. Josemá de Azevedo (CERH-RN) e sugeriu que nos encaminhamentos para  
175 legitimação da proposta de criação do Comitê ficassem mais evidenciadas as organizações civis  
176 que teriam atuado diretamente no processo. O Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês)  
177 parabenizou o Sr. Josemá de Azevedo (CERH-RN) e indicou o total apoio à instituição do  
178 comitê, enaltecendo tanto a composição da Diretoria Provisória quanto o processo de  
179 mobilização realizado na bacia. Por oportuno, noticiou que desde o ano de 2001 viria sendo  
180 desenvolvido um processo de mobilização nos estados de São Paulo e Minas Gerais para a  
181 criação do Comitê do Rio Grande. Finalizou convidando o Secretário Josemá de Azevedo a  
182 integrar o Fórum Nacional dos Comitês de Bacia Hidrográfica. O Sr. Dalto Brochi (Consórcios)  
183 parabenizou os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte pela constituição do comitê, declarou  
184 seu voto favorável e comentou a preocupação para que os estados continuem dando apoio, em  
185 parceria com a ANA, ao desenvolvimento da região. O Sr. Francisco Lobato (Org. técnicas e de  
186 ensino e pesquisa) classificou os trabalhos conjuntos realizados pelos Estados, a ANA e o  
187 DNOCS como exemplares. Citou o Programa de Desenvolvimento Sustentável e Convivência  
188 com o Semi-Árido Potiguar, desenvolvido pela Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do  
189 Rio Grande do Norte - SERHID, o qual, informou, estaria em análise no âmbito da Secretaria de  
190 Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Pelo fato, sugeriu  
191 que o CNRH deveria encaminhar uma moção de apoio ao Programa, recomendando que tal  
192 análise fosse agilizada. Propôs ainda que a Diretoria do Comitê da Bacia Hidrográfica do  
193 Piranhas-Açu divulgasse o andamento das atividades desenvolvidas junto a este Plenário do  
194 CNRH. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) solicitou então que o Sr. Francisco Lobato (Org.  
195 técnicas e de ensino e pesquisa) encaminhasse uma minuta de proposta de Moção à Secretaria  
196 Executiva do CNRH para que fossem tomadas as providências para análise no âmbito das  
197 Câmaras Técnicas. Assim, colocou em votação a proposta de instituição do Comitê da Bacia  
198 Hidrográfica do Piranhas-Açu, a qual foi aprovada por unanimidade. O Sr. João Bosco Senra  
199 (SRH/MMA) parabenizou então os dois estados e a ANA. Em sequência, convidou o Sr. Julio  
200 Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) para encaminhamento do **Item 3.1 – Proposta de Resolução que**  
201 **estabelece nova composição para as seguintes Câmaras Técnicas: Assuntos Legais e**  
202 **Institucionais – CTIL; Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH; Educação,**  
203 **Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos – CTEM; e Cobrança**  
204 **pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB.** O Sr. Julio Thadeu (SRH/MMA), Presidente da  
205 CTIL, lembrou que os conselheiros haviam recebido, juntamente com a proposta de resolução  
206 (**Anexo 3**), duas tabelas: uma contendo a composição das câmaras técnicas em maio de 2006  
207 (**Anexo 4**) e outra com a composição sugerida pela CTIL (**Anexo 5**). Falou que as propostas de  
208 composição de câmaras técnicas se caracterizavam sempre como um tema de difícil debate, mas  
209 ressaltou que o fato do segmento não ter representação não deveria implicar em uma não  
210 participação, considerando que suas reuniões seriam públicas. Ratificou a função das câmaras  
211 técnicas de apoio às deliberações do plenário do CNRH. Disse que a CTIL teria elaborado a  
212 proposta apresentada seguindo os critérios regimentais e outros critérios acordados no âmbito da  
213 própria câmara, onde o primeiro destes seria uma consulta feita aos conselheiros para  
214 manifestação de interesse em compor cada câmara técnica (**Anexo 6**). Destacou ainda outros  
215 critérios: a participação anterior do segmento na câmara técnica, quando seria apreciado o  
216 número de faltas às reuniões; a participação em outras câmaras técnicas; e, finalizando, a busca  
217 de uma proporcionalidade de participação entre os segmentos do CNRH. O Sr. João Bosco Senra  
218 (SRH/MMA) abriu as inscrições para as manifestações. O Sr. Nélson dos Reis (Indústrias) disse  
219 que o segmento por ele representado retirava o interesse de participação na CTEM, em função da

220 indisponibilidade de pessoas habilitadas e por já participar em outras ações semelhantes do  
221 Ministério da Educação – MEC e do MMA. Sugeriu que a vaga fosse destinada ao segmento dos  
222 Consórcios, definido como suplente na proposta. O Sr. Josemá de Azevedo (CERH-RN),  
223 considerando a ausência de representantes dos CERHs na reunião da CTIL que definiu a  
224 proposta de composição em debate, motivada pela não indicação naquela data dos conselheiros  
225 do segmento, sugeriu que fossem mantidas para os CERHs, na CTIL, o mesmo total de 4 vagas  
226 ocupadas até o último mandato, e não 3, como apresentado. Lembrou que esse teria sido o  
227 critério adotado para as demais 3 câmaras em questão, ou seja, a manutenção do mesmo total de  
228 vagas para os CERHs. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) reforçou as palavras do Sr. Josemá de  
229 Azevedo (CERH-RN) e disse contar com o bom senso de todos para que esta solicitação fosse  
230 atendida. A Sra. Ninon Machado (ONG) disse que o segmento das ONGs não teria sido indicado  
231 para composição da CTCOB, uma vez que teria sido excluída por número de faltas no mandato  
232 anterior. Alegou que este fato acontecera por falta de apoio financeiro para a participação do  
233 segmento, cujo Decreto que proporcionaria o apoio do MMA ao segmento da sociedade civil  
234 fora publicado somente em 2005. Falou que a participação das ONGs nas câmaras técnicas traria  
235 legitimidade ao CNRH e justificou a presença de representação da sociedade civil na CTCOB  
236 por ser a cobrança um instrumento de justiça social. Fez um apelo ao plenário para que houvesse  
237 concordância com essa retificação. O Sr. Dalto Brochi (Consórcios) agradeceu ao representante  
238 do segmento industrial pela indicação para a vaga na CTEM. Ratificou o interesse dos  
239 Consórcios em participar da CTEM. Manifestou ainda o seu apoio à proposta da Sra. Ninon  
240 Machado (ONG). O Sr. João Clímaco (ONG) reforçou a solicitação da Sra. Ninon Machado  
241 (ONG) para que as ONGs participem da CTCOB, falando que a participação da sociedade em  
242 fóruns seria um fator de crescimento. O Sr. Jairo Lousa (Irrigantes) destacou que, de acordo com  
243 os princípios de gestão descentralizada e participativa da Lei nº 9.433, de 1997, a presença de  
244 representantes dos usuários nas câmaras técnicas seria necessária, em especial os irrigantes,  
245 taxados de maiores usuários dos recursos hídricos. Disse que o segmento pleiteara vaga para  
246 compor a CTIL, que considerava a proposta dos CERHs, mas que não abriria mão da indicação  
247 vinda da CTIL. O Sr. Fábio Ahnert (CERH-ES) falou da realização do VIII Fórum Nacional dos  
248 Comitês de Bacia Hidrográfica, no Estado do Espírito Santo. Parabenizou os estados do Rio  
249 Grande do Norte e da Paraíba pela aprovação da proposta de instituição do Comitê de Bacia  
250 Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu e recomendou uma interação forte entre este Comitê e os  
251 comitês de bacia dos rios afluentes. Falou que a participação dos CERHs na CTIL seria de  
252 fundamental importância, pois possibilitaria o enriquecimento do processo. Passou a palavra ao  
253 Sr. Alexandre Reis que reforçou a posição dos CERHs em pleitear as 4 vagas na CTIL e destacou  
254 que uma diminuição daria ao segmento a menor representação na CTIL, caracterizando um  
255 retrocesso. O Sr. Marcelo Sampaio (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca -SEAP)  
256 cumprimentou os presentes e fez um destaque para que a SEAP integrasse a CTCOB pela sua  
257 importância em questões como a piscicultura e a carcinicultura. A Sra. Isabela Lieberenz  
258 (Pescadores e usuários de água para o lazer e turismo) manifestou o interesse do segmento em  
259 ocupar a vaga que fora disponibilizada na CTEM, na condição de segundo suplente. O Sr. João  
260 Bosco Senra (SRH/MMA) sugeriu que os debates se detivessem em uma câmara técnica de cada  
261 vez. Destacou a ausência de proposta de mudança para a CTPNRH e, pelo fato, colocou a  
262 composição da mesma em votação, na forma encaminhada pela CTIL. Assim, a composição da  
263 CTPNRH foi aprovada por unanimidade. Referindo-se à CTEM, disse que as sugestões recebidas  
264 poderiam ser resumidas da seguinte forma, considerando a proposta apresentada pela CTIL:  
265 desistência do segmento industrial, ficando os consórcios como titulares, e o segmento das  
266 concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica ficariam, então, com a primeira suplência e  
267 o segmento dos pescadores e usuários de água para lazer e turismo, como segundo suplente.  
268 Posta em votação, essa composição para a CTEM também foi aprovada por unanimidade.  
269 Referindo-se à proposição para a CTIL, indicou que havia a proposta dos CERHs terem direito a  
270 4 vagas, com a saída do segmento dos Irrigantes e ainda, a proposta do segmento dos Irrigantes a  
271 favor da sugestão vinda da CTIL. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) pediu a palavra para alertar que  
272 a proposta dos CERHs não necessariamente indicaria a exclusão do segmento dos Irrigantes. A  
273 Sra. Ninon Machado (ONG) sugeriu que o Governo Federal deveria abrir mão de sua  
274 participação na CTIL e na CTCOB, em nome da pactuação pelo Sistema Nacional de

275 Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA)  
276 falou que deveria ficar claro quais os CERHs que estariam pleiteando as vagas na CTIL e ainda,  
277 qual o segmento que seria o indicado para sair. O Sr. Josemá de Azevedo (CERH-RN) informou  
278 então que os 4 CERHs pleiteantes das vagas na CTIL seriam: ES/MG, RJ/SP, BA/CE e SE/PI,  
279 exatamente os mesmos que participavam no mandato anterior. O Sr. Carlos Hugo Suarez  
280 Sampaio (M. Justiça) defendeu a idéia de manter a composição proposta pela CTIL. Destacou  
281 que se fosse mantida a proporcionalidade da composição do CNRH na CTIL, o Governo Federal  
282 teria que assumir 9 vagas, estando pela proposta com 6. O Sr. Manfredo Cardoso (CERH-BA)  
283 lembrou o caráter nacional deste CNRH, o que deveria implicar em uma participação efetiva dos  
284 CERHs procurando-se sempre uma proporcionalidade de participação dos segmentos. Propôs  
285 que fosse considerada para a CTIL a mesma composição do mandato anterior. O Sr. Sérgio de  
286 Souza Silva (CERH-SC) indicou que as câmaras técnicas teriam como finalidade analisar as  
287 propostas e encaminhá-las ao plenário do CNRH. Lembrou a Moção CNRH nº 36, de 2006, que  
288 encaminharia proposta de ampliação da participação dos CERHs no CNRH e que ainda não fora  
289 atendida. Explicitou que a realidade dos estados, uma vez diferente da federal, implicaria que as  
290 diferenças regionais deveriam estar amplamente representadas nas câmaras técnicas. Concluiu  
291 dizendo ainda que o Governo Federal, por estar locado em Brasília, teria sua participação nas  
292 câmaras técnicas facilitada. A Sra. Fátima Brayner (CERH-PE) também defendeu a participação  
293 dos CERHs com 4 vagas na CTIL, o que traria uma maior representação das diversidades  
294 regionais. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) indagou se poderia iniciar o processo de votação  
295 pela inclusão de mais um CERH na CTIL. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) alertou  
296 para a existência de uma clara proposta de manutenção da composição anterior da CTIL. O Sr.  
297 João Bosco Senra (SRH/MMA) disse que colocaria primeiro em votação a entrada ou não de  
298 mais um CERH e, caso esta sugestão fosse aprovada, seria votada a saída dos Irrigantes ou de  
299 representante do Governo Federal. Posto em votação dessa forma, foi aprovada a inclusão de  
300 mais um CERH na CTIL, com três votos contrários. Foi colocada em votação, então, a saída do  
301 segmento dos Irrigantes ou de algum dos representantes do Governo Federal. A proposta de saída  
302 dos Irrigantes teve 21 votos e a saída de um membro do Governo Federal teve 19 votos. Desta  
303 forma, os CERHs ficaram com quatro vagas na CTIL e o segmento dos Irrigantes passou a ser o  
304 primeiro suplente da CTIL. Passando-se à discussão sobre a composição da CTCOB, o Sr. João  
305 Bosco Senra (SRH/MMA) disse que havia uma proposta de sair um representante do Governo  
306 Federal para a entrada das ONGs. Foi posta em votação, então, a manutenção da sugestão de  
307 composição proposta pela CTIL, o que foi aprovado com dez votos contrários. A proposta de  
308 resolução foi, então, declarada aprovada, consolidada conforme **Anexo 7**. Em prosseguimento à  
309 pauta, foi iniciada a discussão do **Item 3.2 – Proposta de Resolução que estabelece a**  
310 **complementação da composição atual das Câmaras Técnicas de Ciência e Tecnologia –**  
311 **CTCT e de Análise de Projeto – CTAP**. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) falou que a  
312 mudança proposta tratava, simplesmente, da ocupação de vagas existentes nas citadas Câmaras,  
313 criadas em decorrência da exclusão de representantes por número de faltas. Perguntou se havia  
314 alguma manifestação. Não havendo, colocou a matéria em votação, sendo a proposta de  
315 resolução aprovada por unanimidade, conforme **Anexo 8**. Iniciando os **Informes**, o Sr. João  
316 Bosco Senra (SRH/MMA) anunciou com muita satisfação o término da reforma do miniauditório  
317 da SRH/MMA, espaço utilizado para as reuniões de câmaras técnicas do CNRH. O Sr. Sérgio  
318 Gonçalves (Ministério das Cidades) informou que fora aprovada por unanimidade no Senado, no  
319 mês de julho pp, o Projeto de Lei que regulamenta a prestação de serviços de saneamento no  
320 País. Disse da expectativa de que ainda esse ano a matéria fosse apreciada na Câmara. Explicou a  
321 importância deste Projeto de Lei para o setor de saneamento brasileiro, trazendo os pilares para o  
322 planejamento, a fiscalização, a regulação e o controle social no setor. Pediu apoio aos  
323 conselheiros para a efetivação dessa Política. Falou que teriam sido realizadas dezessete oficinas  
324 com intenção de capacitar representantes dos municípios a elaborar seus planos municipais de  
325 saneamento, envolvendo o sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário,  
326 manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana. O Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA)  
327 avisou aos conselheiros que no próximo dia 24 de agosto a Secretaria Executiva do CNRH  
328 encaminharia ofício solicitando a indicação dos representantes para as quatro câmaras técnicas  
329 que tiveram sua composição aprovada nessa reunião. Enfatizou a importância da rapidez dessa

ação para a continuidade das atividades dessas câmaras técnicas. O Sr. João Clímaco (ONG) apresentou duas demandas ao CNRH, na forma de relatórios: um, das comunidades do Fórum da Sociedade Civil da Bacia dos Rios Coreaú e Acaraú, no Estado do Ceará (Carta de Frecheirinha); outra, referente às demandas sociais e reivindicações frente aos aproveitamentos hidroenergéticos na Bacia do Rio Doce (leste de Minas Gerais), citadas pela Associação de Defesa da Ibituruna e do Meio Ambiente - ADIMA. Falou também do IV Encontro Nacional do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas, que acontecerá entre os dias 17 e 20 de outubro de 2006, no Hotel Nacional, em Brasília/DF, com o tema “A Eficácia dos Instrumentos de Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos para a Gestão Social das Águas”. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) disse que encaminharia as duas questões para a Secretaria Executiva do CNRH, desejou sucesso ao Encontro e passou a palavra à Sra. Laura Costa (ONG) que registrou a elaboração de um dossiê com a documentação da luta da sociedade civil contra a construção da Barragem de Tijuco Alto, no Rio Ribeira, Estado do Paraná, e do projeto de transformação do Rio Ribeira em Patrimônio Nacional e Patrimônio da Humanidade. Falou das atuais condições na bacia hidrográfica do rio Ribeira e destacou a necessidade de implementação de um plano de revitalização dessa bacia, principalmente na região da foz do rio principal. A Sra. Ninon Machado (ONG) parabenizou o Ministério das Cidades pela aprovação no Senado da Política Nacional de Saneamento Básico, destacando sua importância para a Política Nacional de Recursos Hídricos. Falou do filme lançado pelo *Greenpeace* abordando a questão das mudanças climáticas e sua interferência na vida dos seres humanos e recomendou que a SRH/MMA solicitasse uma cópia. Falou que o Brasil é tido como um dos países mais avançados na consecução das Metas de Joanesburgo, principalmente por ter lançado o Plano Nacional de Recursos Hídricos e concluiu informando que fora criada a Parceria Lusófona pela Água constituída em agosto de 2005 quando da realização da Semana da Água na Suécia. O Sr. Sérgio Silva (CERH-SC) destacou a existência de um hiato, na Política Nacional de Recursos Hídricos, com relação à competência pela gestão de baías e áreas com influência de marés e/ou lagoas. Apresentou então um ofício solicitando manifestação do CNRH sobre essa questão (**Anexo 9**). O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) reforçou a importância do tema e disse que a questão seria encaminhada à CTCOST. O Sr. Sanderson Leitão (Min. de Ciência e Tecnologia) informou de sua viagem realizada para a China, relatando sua visita ao Ministério dos Recursos Hídricos, onde tratou de questões pertinentes à gestão de recursos hídricos nos dois países. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) destacou uma parceria da ANA com o governo chinês. O Sr. João Clímaco (ONG) lembrou que na reunião anterior do CNRH solicitara à AGEVAP um relato de atividades, o que não acontecera. Lembrou que a indicação dos membros das câmaras técnicas não deveria ser feita de modo unilateral, mas por um acordo entre os conselheiros do segmento. Pelo fato, solicitou que a Secretaria Executiva do CNRH não considerasse nenhuma indicação unilateral por parte de outros atores do mesmo segmento. O Sr. Rui Brasil (CERH-SP) anunciou a aprovação da Lei que regulamenta a cobrança no Estado de São Paulo, e que, em paralelo a essa ação, os comitês do Piracicaba, Capivari e Jundiaí e do Paraíba do Sul já teriam instituído a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Indicou que brevemente esse instrumento de gestão estaria implementado em todo o Estado, garantindo que os recursos destinados aos comitês de bacia não seriam somente simbólicos. Finalizando os trabalhos, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) agradeceu a presença dos Conselheiros, convidados e demais presentes e declarou encerrada a XIX Reunião Extraordinária do CNRH e disse que, uma vez aprovada por este Plenário, a presente ata seria assinada por ele, Secretário Executivo, e pela Ministra Marina Silva, Presidente do CNRH.

Ata aprovada na XVI Reunião Ordinária do CNRH, realizada em 07 de dezembro de 2006.

**Marina Silva**  
Presidente

**João Bosco Senra**  
Secretário Executivo